

# VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO  
de Santa Catarina

17 de fevereiro de 2016

Edição 176

## SECRETARIA-GERAL DO TJ É CRIADA PARA DINAMIZAR AÇÕES ESTRATÉGICAS NO JUDICIÁRIO DE SC

A primeira medida administrativa adotada pelo desembargador José Antônio Torres Marques, logo após assumir a presidência da Corte Estadual, foi a criação da nova Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça. Órgão vinculado à Presidência do TJ e disciplinado pela Resolução n. 7/2016-GP, a Secretaria-Geral surge com o objetivo de dinamizar o processo de tomada de decisões estratégicas em relação ao 1º grau, assim como ampliar o controle e coordenação dos esforços dos diversos órgãos que compõem a Administração do Judiciário de Santa Catarina. As Diretorias-Gerais Administrativa e Judiciária estarão subordinadas ao novo órgão.

O juiz Jefferson Zanini será o primeiro ocupante do cargo de secretário-geral, privativo de juiz de direito de entrância especial e de livre nomeação pelo presidente, e terá, entre outras atribuições, a de analisar e elaborar estudos, propostas e pareceres sobre



matérias levadas a exame e decisão da Presidência; supervisionar atos de gestão de pessoal, administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos órgãos e setores que lhe são subordinados; efetuar a

distribuição de cargos de servidores e estagiários entre as unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário; e exercer juízo de oportunidade e conveniência administrativa em questões relativas ao 1º grau.

## PLENO APROVA POR UNANIMIDADE COORDENADORES DE ÁREAS ESTRATÉGICAS DA NOVA GESTÃO DO TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio Torres Marques, teve aprovados os primeiros atos de sua gestão durante sessão do Pleno do TJ realizada na manhã do dia 3 de fevereiro. Em pauta, os nomes dos magistrados que ficarão responsáveis por áreas estratégicas da administração do Judiciário de Santa Catarina nos próximos dois anos. A nominata, aprovada sem restrições em plenário, ficou assim composta:

- > Conselho de Administração do Sidejud – desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho (presidente) e desembargador Ernani Guetten de Almeida (vice-presidente);
- > Conselho Gestor de Tecnologia (CGInfo) – desembargador Túlio Pinheiro (presidente);
- > Conselho do Fundo de Reparilha-

- mento da Justiça – desembargador Carlos Alberto Civinski (presidente);
- > Conselho de Segurança Institucional – desembargador Altamiro de Oliveira (coordenador);
- > Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica – desembargador Carlos Adilson da Silva (presidente);
- > Conselho Gestor de Engenharia – desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva (presidente);
- > Conselho da Magistratura – desembargadores Ronaldo Moritz Martins da Silva, Sérgio Rizello, Ernani Guetten de Almeida, Ricardo Roesler, Sérgio Roberto Baasch Luz e Marcus Túlio Sartorato;
- > Cejur/Academia Judicial – desembargadores Luiz César Medeiros (diretor-executivo) e Henry Petry Junior (vice-diretor-executivo);

- > Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij) – desembargadora Soraya Nunes Lins (coordenadora) e juíza de 2º grau Rosane Portela Wolff (subcoordenadora);
- > Coordenadoria Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Conflitos – desembargador Jânio Machado (coordenador);
- > Coordenadoria de Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – desembargador Roberto Lucas Pacheco (coordenador);
- > Núcleo de Comunicação Institucional – desembargador João Henrique Blasi;
- > Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde – desembargadora Rejane Andersen;
- > Juiz Agrário – juízes Juliano Serpa (titular) e Uziel Nunes de Oliveira (substituto).



## Pleno aprova unificação de ouvidorias

O Pleno do TJ aprovou na manhã do dia 3/2 a unificação das Ouvidorias Judicial e dos Servidores e promoveu a incorporação do Núcleo de Conciliação de 2º Grau à Coordenadoria do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos.

As medidas, adotadas através de resoluções autônomas, materializam os primeiros esforços da gestão do desembargador José Antônio Torres Marques em buscar o realinhamento administrativo a partir da otimização e racionalização dos serviços. Todos eles, aliás, continuarão a ser prestados, porém sob nova roupagem.

As atribuições da Ouvidoria Judicial e da Ouvidoria dos Servidores, fundidas e agora sob a denominação de Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, remanescem, em estrutura obviamente mais enxuta. Já o Núcleo de Conciliação de 2º Grau passa a chamar-se Subcoordenadoria de Conciliação de 2º Grau, de forma a se integrar aos demais programas e serviços já administrados pela Coordenadoria do Sistema de Juizados Especiais.

Ainda nesta linha de gestão, o Pleno aprovou igualmente ato regimental que reduz o número de integrantes do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, que de 19 integrantes passa a ser composto por 11, entre eles os desembargadores responsáveis pela coordenação das áreas de engenharia, planejamento e comunicação institucional como novos membros natos.



## Continuidade e evolução devem nortear gestão da Academia Judicial no biênio 2016/2018

Os novos dirigentes da Academia Judicial (AJ) reuniram-se na primeira semana deste mês com chefes de divisão e seção e com a Secretaria Executiva daquela instituição de ensino, para repassar as diretrizes que nortearão o trabalho no biênio 2016/2018. O desembargador Luiz César Medeiros, diretor-executivo, aproveitou a oportunidade para apresentar os demais integrantes do corpo diretivo, composto pelo desembargador Henry Petry Junior, vice-diretor-executivo; juíza Vânia Petermann, diretora de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos; e juiz Marcelo Carlin, diretor de Pesquisa e Aprimoramento Institucional. Em sua exposição inicial, Medeiros

delineou os objetivos principais da AJ e adiantou o que espera de todos os colaboradores: comprometimento, lealdade e união. Ressaltou também que os projetos da Academia devem estar alinhados à visão institucional do Poder Judiciário de Santa Catarina. Em seguida, o novo secretário executivo, Alexandre dos Anjos, abriu espaço para que as chefias expusessem, pontualmente, suas atividades atuais e projetos futuros. Este primeiro encontro do grupo, ocorrido na manhã do dia 2 de fevereiro, buscou estabelecer as diretrizes iniciais que logo darão ensejo à formação de uma agenda de trabalho, sempre com a ideia de continuidade e evolução.



*O juiz Paulo Marcos de Farias, titular da Vara do Tribunal do Júri da comarca da Capital, foi convidado pelo ministro Teori Zavascki para atuar como juiz instrutor perante o Supremo Tribunal Federal (STF)*



*Auxiliar de serviços gerais, Jucinei Silveira resolveu suavizar o ambiente onde bate ponto diariamente, plantando algumas flores e folhagens para enfeitar o corredor das Varas Criminais*